



*Instituto de Previdência  
do Município de Jundiaí*

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2017**



**Abril/2018**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução-----	03
<b>II.</b> Relatório dos Auditores Independentes -----	04 a 07
<b>III.</b> Balanço Patrimonial -----	08 a 09
<b>IV.</b> Demonstração das Variações Patrimoniais -----	10 e 11
<b>V.</b> Balanço Financeiro-----	12 e 13
<b>VI.</b> Balanço Orçamentário-----	14 a 16
Receitas Orçamentárias -----	14
Despesas Orçamentárias -----	15
Restos a Pagar não Processados-----	16
<b>VII.</b> Demonstração do Fluxo de Caixa -----	17
<b>VIII.</b> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis -----	18 a 26
<b>IX.</b> Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	27 a 39



Campinas, 03 abril de 2018

À

Diretoria do

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2017.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;  
Balanço Patrimonial;  
Balanço Financeiro;  
Balanço Orçamentário;  
Demonstrações das Variações Patrimoniais;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e  
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP**

Roberto Araújo de Souza

Sócio Responsável

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores e Conselheiros do

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros Assuntos**

#### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 20 de

junho de 2017 com opinião sem modificações sobre essas demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 03 de abril de 2018



CRC2SP023856/O-1

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3  
Sócio Responsável

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

**ATIVO**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.428.803.300</b>	<b>1.199.353.750</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>15.590,37</b>	<b>11.679</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>8.681.894</b>	<b>9.312.020</b>
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	8.681.894	9.312.020
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>14.869.713,46</b>	<b>381.641</b>
Adiantamento Concedido Pessoal/Terceiros	6.000	0,00
Títulos a Recuperar/Compensar	113.215	190.855
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	14.750.498	190.784
<b>Investimentos Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>1.405.203.591</b>	<b>1.189.614.644</b>
Títulos e Valores Mobiliários do RPPS	1.473.147.527	1.279.127.811
(-) Ajustes para Perda	(67.943.936)	(89.513.166)
Estoques a Curto Prazo	32.510	33.766
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>148.097.179</b>	<b>77.735.817</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>147.797.320</b>	<b>77.441.648</b>
Crédito Tributário a Receber	72.246.835	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.550.482	77.441.648
<b>Imobilizado</b>	<b>299.858</b>	<b>294.169</b>
Bens Móveis	57.565	46.265
Bens Imóveis	264.500	264.500
Depreciações e Amortizações	(22.206)	(16.596)
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.576.900.480</b>	<b>1.277.089.567</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.932.941</b>	<b>4.689.463</b>
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>497.018</b>	<b>415.580</b>
Pessoal a Pagar	229.368	171.989
Benefícios Previdenciários a Pagar	246.850	243.590
Encargos Sociais a Pagar	20.799	0,00
<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>40.685</b>	<b>118.581</b>
<b>Provisões a Curto Prazo</b>	<b>5.605.342</b>	<b>1.951.208</b>
<b>Demais Obrigações de Curto Prazo</b>	<b>2.789.895</b>	<b>2.204.092</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.406.373.764</b>	<b>1.219.642.991</b>
Provisões de Longo Prazo	1.406.373.764	1.219.642.991
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>161.593.773</b>	<b>52.757.112</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>161.593.773</b>	<b>52.757.112</b>
Resultado do Exercício	108.836.660	147.697.905
Resultado de Exercício Anteriores	52.757.112	(94.940.793)
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.576.900.480</b>	<b>1.277.089.567</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2017 E 2016  
(Em Reais)

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b><u>Contribuições</u></b>	<b><u>191.904.454</u></b>	<b><u>139.832.783</u></b>
Contribuições Sociais	191.904.454	139.832.783
<b><u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u></b>	<b><u>7.941.189</u></b>	<b><u>9.078.638</u></b>
Juros e Encargos de Mora	3.699.155	3.475.005
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.242.033	5.603.632
<b><u>Transferências e Delegações Recebidas</u></b>	<b><u>10.403.645</u></b>	<b><u>11.852.199</u></b>
Transferências Intra Governamentais	10.395.449	11.730.888
Execução Orçamentária Delegada de Entes	8.195	121.310
<b><u>Valorização e Ganhos com Ativos</u></b>	<b><u>210.901.769</u></b>	<b><u>239.996.896</u></b>
Reavaliação de Ativos	210.901.606	239.996.896
Ganhos com desincorporação de Passivos	163	0,00
<b><u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u></b>	<b><u>142.786.343</u></b>	23.102.876
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	30.863.440	625.524
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	111.932.903	22.477.351
<b>RESULTADO PATRIMONIAL - AUMENTATIVAS</b>	<b>563.937.401</b>	<b>423.863.392</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

## VAIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b><u>Pessoal e Encargos</u></b>	<b><u>6.492.625</u></b>	<b><u>2.337.516</u></b>
Remuneração de Pessoal	5.762.496	1.953.562
Encargos Patronais	371.814	228.728
Benefícios a Pessoal	358.313	155.226
<b><u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u></b>	<b><u>187.191.828</u></b>	<b><u>152.466.197</u></b>
Aposentadorias e Reformas	160.457.339	128.268.689
Pensões	17.728.561	15.674.126
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.005.927	8.523.381
<b><u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u></b>	<b><u>470.284</u></b>	<b><u>425.904</u></b>
Uso de Material de Consumo	18.497	12.887
Serviços	446.175	408.087
Depreciação, Amortização e Exaustação	5.611	4.930
<b><u>Desvalorização e Perdas de Ativos</u></b>	<b><u>67.943.936</u></b>	<b><u>97.181.543</u></b>
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	67.943.936	97.181.543
<b><u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u></b>	<b><u>193.002.066</u></b>	<b><u>23.754.328</u></b>
VPD de Constituição de Provisões	186.730.773	12.227.326
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.271.293	11.527.002
<b>RESULTADO PATRIMONIAL - DIMINUTIVAS</b>	<b>455.100.740</b>	<b>276.165.486</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>108.836.660</b>	<b>147.697.906</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO FINANCEIRO**

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

**INGRESSOS**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>221.230.188</b>	<b>163.070.315</b>
<b>Ordinária</b>		
<b>Vinculada</b>	221.230.188	163.070.315
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	221.230.188	163.070.315
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		
Regime Próprio de Previdência Social		
Contribuições Sociais	68.688.312	55.243.400
Receitas de Valores Mobiliários	4.242.033	5.603.632
Indenizações e Restituições	7.243.239	5.256.271
Amortizações e Empréstimos	4.178.709	3.814.987
Amortizações Intra-orçamentárias	123.216.142	84.589.382
Outras	13.661.752	8.562.640
<b>TOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>221.230.188</b>	<b>163.070.315</b>
<b>Transferência Financeiras Recebidas</b>	<b>10.395.449</b>	<b>11.730.889</b>
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	10.395.449	11.730.889
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>268.569.107</b>	<b>278.378.044</b>
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	<b>3.854</b>	2.649
Inscrição de Restos a Pagar Processados	<b>93.377</b>	64.989
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	<b>52.242.943</b>	38.313.510
Recebimentos Extraorçamentários	52.242.943	38.313.510
Outros Recebimentos Extraorçamentário	<b>216.228.931</b>	239.996.896
V.P.A.	210.901.606	239.996.896
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.327.325	0,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.279.139.489</b>	<b>1.095.844.276</b>
Caixa e Equivalente Caixa	11.678	670
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.279.127.810	1.095.843.606
<b>TOTAL</b>	<b>1.779.334.235</b>	<b>1.549.023.524</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO FINANCEIRO**

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Reais)

**DISPÊNDIOS**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>189.978.233</b>	<b>154.706.924</b>
<b>Ordinária</b>		
<b>Vinculada</b>	189.978.233	<b>154.706.924</b>
Recursos Destinados a Previdência Social - RPPS	189.978.233	154.706.924
TESOURO		
Geral		
Pessoal e Encargos Sociais	12.448.772	8.772.400
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Pessoal e Encargos Sociais	176.496.557	144.938.292
Outras Despesas Correntes	1.021.602	990.831
Investimentos	11.301	5.399
<b>TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>189.978.233</b>	<b>154.706.924</b>
<b><u>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u></b>	<b>116.192.883</b>	<b>115.177.110</b>
<b>Pagamentos de Restos a Pagar não Processados</b>	<b>89.548</b>	<b>91.367</b>
<b>Pagamentos de Restos a Pagar Processados</b>	<b>37.184</b>	<b>44.217</b>
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	<b>51.657.141</b>	<b>37.917.216</b>
Pagamentos Extraorçamentários	51.657.141	37.917.216
<b>Outros Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>64.409.009</b>	<b>77.124.310</b>
Desvalorização de Investimentos	59.081.683	77.124.310
Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.327.325	0,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.473.163.118</b>	<b>1.279.139.490</b>
Caixa e Equivalente Caixa	11.590	11.679
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.473.147.527	1.279.127.811
<b>TOTAL</b>	<b>1.779.334.235</b>	<b>1.549.023.524</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Em 31 de dezembro DE 2017  
(Em Reais)

**RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL (a)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (b)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS (c)</b>	<b>SALDO d = (b-c)</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>215.688.000</b>	<b>215.688.000</b>	<b>217.051.479</b>	<b>1.363.479</b>
Receita de Contribuições	188.343.000	188.343.000	191.904.454	3.561.454
Receita Patrimonial	10.412.000	10.412.000	9.186.616	(1.225.383)
Receita de Serviços	5.987.000	5.987.000	0,00	(5.987.000)
Outras Receitas Correntes	10.946.000	10.946.000	15.960.409	5.014.409
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.870.000</b>	<b>3.870.000</b>	<b>4.178.709</b>	<b>308.709</b>
Amortização de Empréstimos	3.870.000	3.870.000	4.178.709	308.709
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>219.558.000</b>	<b>219.558.000</b>	<b>221.230.188</b>	<b>1.672.188</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>219.558.000</b>	<b>219.558.000</b>	<b>221.230.188</b>	<b>1.672.188</b>
Déficit	14.800.000	14.800.000	0,00	(14.800.000)
<b>TOTAL</b>	<b>234.358.000</b>	<b>234.358.000</b>	<b>221.230.188</b>	<b>(13.127.812)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Em 31 de dezembro DE 2017(Em Reais)

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL (a)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (c)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS (d)</b>	<b>DESPESAS PAGAS (e)</b>	<b>SALDO DA DOTAÇÃO (f) = (b - c)</b>
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>189.769.000</b>	<b>201.965.314</b>	<b>189.966.932</b>	<b>189.963.078</b>	<b>189.969.700</b>	<b>11.998.381</b>
Pessoal e Encargos Sociais	175.417.000	197.313.400	188.945.330	188.945.330	188.902.714	<b>8.368.069</b>
Outras Despesas Correntes	4.352.000	4.651.914	1.021.602	1.017.748	966.986	3.630.311
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>2.613.000</b>	<b>2.236.686</b>	<b>11.301</b>	<b>11.301</b>	<b>11.301</b>	<b>2.225.385</b>
Investimentos	2.613.000	2.236.686	11.301	11.301	11.301	2.225.385
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>41.976.000</b>	<b>30.156.000</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.156.000</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>234.358.000</b>	<b>234.358.000</b>	<b>189.978.233</b>	<b>189.974.379</b>	<b>189.881.002</b>	<b>44.379.766</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)</b>	<b>234.358.000</b>	<b>234.358.000</b>	<b>189.978.233</b>	<b>189.974.379</b>	<b>189.881.001</b>	<b>44.379.766</b>
<b>= (VI+VII)</b>						
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.251.955</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(31.251.955)</b>
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>234.358.000</b>	<b>234.358.000</b>	<b>221.230.188</b>	<b>189.974.379</b>	<b>189.881.001</b>	<b>13.127.811</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**QUADRO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO ROCESSADOS**

Em 31 de dezembro DE 2017  
(Em Reais)

**INSCRITOS**

	<b>EM EXERCÍCIO ANTERIORES</b>	<b>EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>LIQUIDADOS</b>	<b>PAGOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>SALDO</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	<b>4.714</b>	<b>2.648</b>	<b>1.381</b>	<b>1.381</b>	<b>0,00</b>	<b>5.981</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>						
Investimentos	89.166	0,00	0,00	89.166	0,00	<b>0,00</b>
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida						
<b>TOTAL</b>	<b>92.881</b>	<b>2.648</b>	<b>1.381</b>	<b>89.548</b>	<b>0,00</b>	<b>5.981</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em Reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>189.944.386</b>	<b>179.485.625</b>
<b><u>INGRESSOS</u></b>	<b>478.718.329</b>	<b>443.098.369</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>	<b>217.051.479</b>	<b>159.255.327</b>
Receita de Contribuições	191.904.454	139.832.783
Receita Patrimonial	4.944.582	0,00
Remuneração das Disponibilidades	4.242.033	5.603.632
Outras Receitas Originárias	15.960.409	13.818.912
<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>261.666.850</b>	<b>283.843.041</b>
<b><u>DESEMBOLSOS</u></b>	<b>288.773.942</b>	<b>283.843.041</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>189.483.149</b>	<b>154.357.141</b>
Previdência	189.292.197	154.075.073
Encargos Especiais	190.951	282.068
<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>425.117</b>	<b>276.746</b>
a União	172.030	142.779
Intragovernamentais	253.086	133.967
<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>98.865.675</b>	<b>108.978.857</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>4.079.242</b>	<b>3.809.588</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>4.178.709</b>	<b>3.814.987</b>
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.178.709	3.814.987
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>99.467</b>	<b>5.399</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	99.467	5.399
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>194.023.628</b>	<b>183.295.213</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.279.139.489</b>	<b>1.095.844.276</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.473.163.118</b>	<b>1.279.139.490</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**

### **NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2017 (Em R\$)**

#### **Nota 1 – Contexto Operacional:**

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, autarquia municipal com personalidade jurídica de direito público criada através da Lei Municipal nº 5.894/02, tem por objetivo principal prover aos servidores públicos e a seus dependentes os benefícios previdenciários garantidos pela legislação, buscando o bem-estar de seus segurados. A garantia destes benefícios é pautada pela observância do equilíbrio atuarial do sistema, no qual os investimentos tomam relevante destaque uma vez que o Instituto utiliza o plano previdenciário que capitaliza os recursos atuais dos segurados, para garantir o seu pagamento futuro.

#### **Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00, portaria MPS nº 509/13, portaria STN 634/13, portaria STN 261/14 e NBCT 16 e demais disposições normativas vigentes, referindo-se ao período de 01/01/2017 a 31/12/2017, nos termos da Portaria MPS nº 204/08.

#### **Nota 3 – Critérios na elaboração das demonstrações contábeis:**

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/01 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo e Ministério da Previdência Social. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial, foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

#### **Nota 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Em 31/12/2017 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial, perfazem o montante de R\$ 15.590,97 o qual detalhamos a seguir:

<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO - POSIÇÃO EM 31/12/2017</b>		
<b>Código do Banco e número da Conta</b>	<b>Banco</b>	<b>Saldo - R\$</b>
65 - 111110601	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA CORRENTE TAXA ADMINISTRACAO	1,00
16 - 111110604	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA CORRENTE - DIRETORIA EXECUTIVA	1,00
15 - 111110601	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA CORRENTE - BENEFÍCIOS	15.588,97
	<b>TOTAL</b>	<b>15.590,97</b>

### **Nota 5 – Créditos Circulante e Não – Circulante**

Em 31/12/2017, o montante de Créditos registrados no grupo Circulante é de R\$8.681.894,75, enquanto que no campo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo tem-se o montante de R\$14.869.713,46, e no Grupo Não Circulante é de R\$ 147.797.320,31, que no total perfazem o valor de R\$ 171.348.928,52. Conforme detalhamos a seguir:

### **ATIVO CIRCULANTE**

<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>R\$</b>
- Empréstimos a Receber RPPS	8.681.894,75
- Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	6.000,00
- Contribuições ao RGPS a Compensar	113.215,42
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Patronal	14.750.498,04
<b>TOTAL</b>	<b>23.551.608,21</b>

- 1) O valor de R\$8.681.894,75, registrado no Balanço Patrimonial Ativo Circulante no Subitem Empréstimo e Financiamentos Concedidos, Conta Contábil 1.1.2.4.1.07.01 Empréstimos a Receber RPPS, refere-se ao Contrato de Empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiá junto ao IPREJUN.
- 2) O valor de R\$14.869.713,46 registrado no Balanço Patrimonial, Ativo Circulante, registrado em Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, é composto por (R\$113.315,42 – Contribuições ao RGPS a Compensar, conta contábil 1.1.3.1.1.01.00), (R\$6.000,00 – Outros Adiantamentos Concedidos – conta contábil 1.1.3.1.01.99) e (R\$14.750.498,04 – Parcelamentos Outros Créditos e Valores a Curto Prazo conta contábil 1.1.3.6.2.02.01, referente a contribuições previdenciárias em regime de parcelamento).

**ATIVO NÃO CIRCULANTE:**

<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>R\$</b>
- Créditos Tributários a Receber – Parcelamento das Contribuições	72.246.837,38
- Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.550.482,93
<b>TOTAL</b>	<b>147.797.320,31</b>

O valor de R\$ 147.797.320,31, refere-se a saldo atualizado no Longo Prazo da dívida da Prefeitura com IPREJUN referente ao empréstimo para parcelamento de débitos Previdenciários, contraído no passado.

Empréstimo – Lei Autorizativa: Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
 Reparcelamento - Lei Autorizativa: Nº.5.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000  
 Parcelamento - Lei Autorizativa: Nº 8549/2015 09 DE DEZEMBRO DE 2015  
 Parcelamento - Lei Autorizativa: 8.608/2016 de 16 DE MARÇO DE 2016

**Nota 6 – Contabilização da Contribuições Devidas e Não Recolhidas no Prazo**

O controle e mensuração das contribuições em atraso, objeto de parcelamento, até o ano de 2016 eram registradas apenas nas contas de controle (grupos 7 e 8) do Balanço Patrimonial, dado que havia conforme literatura específica para RPPS (Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social – Livro editado pelo Ministério da Previdência Social – Autora Diana Vaz de Lima). Porém, segundo o último MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª edição - Exercício 2017, a partir da página 303, foi seguida a orientação para contabilizar, além das contas de controle 7 e 8, registrar também nas Contas do Ativo Circulante e Não Circulante – Créditos Previdenciários do RPPS.

Diante do exposto, foi contabilizado no que se refere aos créditos de Curto Prazo - Circulante na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 – Créditos Previdenciários do RPPS, o valor de R\$14.750.498,04 e na conta contábil 1.2.1.1.1.01.71 – Créditos Previdenciários Parcelados de Longo Prazo – Não Circulante, o valor de R\$72.246.838,38, totalizando R\$ 86.997.335,42.

Empréstimo - Lei autorizativa Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
 Reparcelamento - Lei Autorizativa: Nº.5.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000  
 Parcelamento - Lei Autorizativa: Nº 8549/2015 09 DE DEZEMBRO DE 2015  
 Parcelamento - Lei Autorizativa: 8.608/2016 de 16 DE MARÇO DE 2016

Obs. A lei 8.608/2016 entrou em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de dezembro de 2015.

**Nota 7 – Imobilizado:**

Os Ativos Imobilizados foram submetidos à depreciação em 2017. Os bens acumulam depreciação desde o ano de 2012 até 2017. No exercício de 2014,

em atendimento a normas vigentes, iniciou-se o processo de depreciação do imobilizado do IPREJUN.

Os valores das depreciações de 2012 e 2013 perfizeram o montante de R\$ 3.612,40 sendo que o valor das depreciações referentes a 2014 foi de R\$ 3.731,37, de 2015 foi de R\$ 4.321,68, e 2016 o valor de R\$ 4.930,30, e no que se refere ao exercício de 2017, a depreciação foi de R\$5.611,02 perfazendo a depreciação acumulada de R\$22.206,77, reportada no Balanço Patrimonial, grupo Imobilizado, subitem Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas. Atualmente o valor do grupo Imobilizado é de R\$35.358,80 e refere-se aos móveis, computadores e utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN.

<b>IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo Balanço - Conta Bens Móveis ano anterior	46.264,57	40.865,57
(+) Aquisições no ano	11.301,00	5.399,00
Saldo do Imobilizado em 31/12 - Sem Depreciação	57.565,57	46.264,57
(-) Depreciação Acumulada	-22.206,77	-16.595,75
<b>(=) Saldo de Imobilizado em 31/12/2017</b>	<b>35.358,80</b>	<b>29.668,82</b>

### **Nota 8 - Anexo XVII da Lei nº 4.320/64 - Demonstração da Dívida Flutuante**

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>DEPÓSITOS</b>				
218810102- INSS	10.160,90	137.023,01	143.159,51	4.024,40
218810103 - Encargos Sociais Outras Entidades	11.031,59	9.360.065,37	9.360.901,35	10.195,61
218810104- Imposto de Renda Retido na Fonte	1.463.204,92	28.590.372,53	28.180.971,74	1.872.605,71
218810110 - Pensão Alimentícia	0,00	1.020.916,76	1.020.660,04	256,72
218810113 - Retenções Entidades Representantes Classe	123.414,87	2.293.820,65	2.255.021,08	162.214,44
218810114 - Retenções Planos de Seguros	7.371,86	114.941,60	114.344,89	7.968,57
218810115- Retenções - Empréstimos e Financiamentos	588.908,78	10.222.108,61	10.087.687,71	723.329,68
218810499 - Outros Depósitos	0,00	503,694,94	494.395,01	9.299,93
<b>TOTAIS</b>	<b>2.204.092,92</b>	<b>52.242.943,47</b>	<b>51.657.141,33</b>	<b>2.789.895,06</b>
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
Não Processados	<b>95.529,99</b>	<b>3.854,39</b>	<b>89.548,37</b>	<b>9.836,01</b>
Processados	64.988,90	93.377,49	37.347,00	121.019,39
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.364.611,81</b>	<b>52.340.175,35</b>	<b>51.784.036,70</b>	<b>2.920.750,46</b>

O Demonstrativo da Dívida Flutuante mostra as obrigações do Instituto de Previdência no Curto Prazo.

Em 2017 foram inscritos em restos a pagar não-processados, ou seja, não liquidados, o valor R\$ 3.854,39 a ser executado no exercício seguinte.

Os valores registrados como Restos a Pagar Processados tratam-se de contratos de fornecedores (R\$ 50.761,57), cuja prestação de serviço deu-se em dezembro/2017, e obrigações patronais com pessoal e encargos sociais (R\$ 42.615,92) referentes à folha de pagamento de dezembro/2017 a serem pagas em 2018.

As despesas extra orçamentárias perfizeram o montante de R\$ 2.789.895,06 e também se referem a retenções ocorridas em dezembro/2017, mas que o efetivo pagamento da obrigação se dará em 2018.

## Nota 9 - Provisão Matemática

A constituição geral dos valores que compõe o saldo de Provisões Matemáticas, no valor total de R\$ 1.406.373.764,74, são os elencados abaixo:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAI							
IPREJUN							
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS							
Conta	Descrição	Saldo Inicial	Nat	Débitos	Créditos	Saldo Final	Nat
2.2.7.2.1.03.01	APOSUNTADORIAS/PENSÕES/O UTROS BENEFÍCIOS CONCEDISOS DO PLANO DO RPPS	1.155.973.043,52	C	0,00	528.056.579,17	1.684.029.622,69	C
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO PARA P PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(45.591.860,51)	D	(23.378.315,69)	0,00	(68.970.176,20)	D
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÃO DO PENCIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00	D	(2.079.069,77)	0,00	(2.079.069,77)	D
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DP PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(124.845.718,30)	D	(60.521.169,95)	0,00	(185.366.888,25)	D
2.2.7.2.1.04.01	APOSUNTADORIAS/PENSÕES/O UTROS BENEFÍCIOS A CONCEDERS DO PLANO DO RPPS	1.717.800.329,46	C	0,00	362.125.254,69	2.079.925.584,15	C
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(693.196.970,55)	D	0,00	21.167.621,45	(672.029.349,10)	D
2.2.7.2.1.04.03	(-)CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(40.366.824,91)	D	(161.363.204,01)	0,00	(201.730.028,92)	D
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DP PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(38.789.271,63)	D	(18.101.868,65)	0,00	(56.891.140,28)	D

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAI							
IPREJUN							
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS							
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(736.767.090,09)	D	(462.380.836,98)	0,00	(1.199.147.927,07)	D
2.2.7.2.1.07.01	<b>AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO</b>	25.427.354,50	C	0,00	3.205.782,99	28.633.137,49	C
<b>TOTAL FUNDO</b>		<b>1.219.642.991,49</b>		<b>727.824.465,05</b>	<b>914.555.238,30</b>	<b>1.406.373.764,74</b>	

Fonte: Estudo Atuarial de abril de 2017, referente ao ano de 2016.

### Nota 10 - Provisão de Contingência (Sentenças Judiciais)

Em 2017, foi constituída Provisão de Contingência (Sentenças Judiciais) no montante de R\$5.605.342,84, baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN.

### Nota 11 – Provisão de Férias e 13º Salários

Em 2017, foram realizadas mensalmente as provisões de férias e 13º Salários e o saldo final destas contas em 2017 eram de R\$ 169.834,13.

### Nota 12 - Patrimônio Líquido

Ano 2017	
Saldo Patrimonial Anterior	52.757.112,80
(+) Resultado Exercício 2017	108.836.660,61
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
<b>(=) Saldo Patrimonial 2017</b>	<b>161.593.773,41</b>

Considerando-se o Patrimônio Líquido (PL) de 2016 R\$52.757.112,80, com o de 2017 R\$161.593.773,41, identificamos que ocorreu um crescimento. Diferente do ano de 2016, o ano de 2017 já iniciou com um PL positivo de R\$52.757.112,80 enquanto que em 2016 iniciou o ano com um PL negativo de (R\$94.940.793,11). Dessa forma, percebemos que por volta de 1/3 do Patrimônio Líquido positivo de 2017 se deve a este fato (saldo inicial positivo) e outros 2/3 ao resultado do exercício de 2017 (VPA's X VPD's) de R\$108.836.660,61.

### Nota 13 - Superávit na Demonstração das Variações Patrimoniais:

O Superávit verificado na Demonstração das Variações Patrimoniais de 2017 no valor de R\$ 108.836.660,61, adicionado ao resultado acumulado até o exercício anterior de R\$ 52.757.112,80, resulta em um Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2017 de **R\$ 161.593.773,41.**

<b>Ano 2017</b>	
Saldo Patrimonial Anterior	52.757.112,80
(+) Resultado Exercício 2017	108.836.660,61
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
<b>(=) Saldo Patrimonial 2017</b>	<b>161.593.773,41</b>

<b>Ano 2016</b>	
Saldo Patrimonial Anterior	(94.940.793,11)
(+) Resultado Exercício 2016	147.697.905,91
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
<b>(=) Saldo Patrimonial 2016</b>	<b>52.757.112,80</b>

Quanto ao resultado (Superávit) de 2016 x 2017, podemos atribuir à diminuição em 2017, ao aumento da Provisão Matemática (VPD) no valor de R\$186.730.773,25, enquanto que em 2016 foi de R\$12.227.325,88. Esses valores são registrados na Contabilidade tendo como documento comprobatório o Laudo Atuarial.

Ainda em relação ao resultado do exercício, observamos que as variações de investimentos foram positivas em 2016 R\$162.872.596,24., enquanto que em 2017 foram positivas em R\$151.819.922,82, assim tivemos menos variações patrimoniais aumentativas relacionadas a investimentos, porém tais investimentos oscilam para mais ou para menos em virtude das condições políticas e mercadológicas vividas na economia brasileira.

<b>Paralelo/ Provisões Constituídas em 2017/2016</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão de Férias	169.834,13	128.716,65
Provisão de 13 º Sal	0	-
Provisão para Perdas com Investimentos para 2016	67.943.936,42	89.513.166,24
Sentenças Judiciais	5.605.342,84	1.951.208,47
<b>Total Provisões</b>	<b>73.719.113,39</b>	<b>89.641.882,89</b>
<b>Paralelo/ Resultado sem influência das Provisões em 2017/2016</b>		
Resultado do Exercício de	108.836.660,61	147.165.486,75
Total das Provisões	<b>73.719.113,39</b>	89.641.882,89
Aumento da Provisão Matemática	186.730.773,25	12.227.325,88
<b>Novo resultado do Exercício sem influência das Provisões</b>	<b>369.286.547,25</b>	<b>249.034.695,52</b>

## **Nota 14 – Quadro Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

Ao Ativos e Passivos Financeiros correspondem a bens, direitos e obrigações (Aplicação e Origem) de ordem financeira, segundo a Lei 4.320/64, art. 105 respectivamente créditos e valores independente de autorização de dívidas fundadas e outros pagamentos orçamentários e valores numerários. Por sua vez, a parte permanente corresponde a bens, créditos e valores, dívidas que prescindam de autorização legislativa. Este quadro de acordo com o rol de contas que o compõem até o ano de 2016, utilizava regramento divergente do adotado, tanto segundo as prerrogativas do STN, quanto aos

demonstrativos adaptados AUDESP TCE/SP. Esse fato ocorreu devido ao sistema de contabilidade utilizado, não considerar nas contas contábeis, a mesma classificação do Indicador de Superávit Financeiro adotada pelo TCE/SP e STN.

Com a adequação das demonstrações, serão atribuídos novos valores relativos aos Ativo e Passivo Financeiros e Permanente de 2016, publicado em 29 de março de 2017, conforme a seguir:

<b>FINANCEIRO/PERMANENTE</b>		
	<b>ATUAL</b>	<b>ANTERIOR</b>
ATIVO FINANCEIRO	1.279.521.130,23	1.288.833.150,41
ATIVO PERMANENTE	-2.431.563,05	-11.743.583,23
PASSIVO FINANCEIRO	2.608.201,88	4.689.462,89
PASSIVO PERMANENTE	1.221.731.615,83	1.219.642.991,49
RESULTADO	57.749.749,47	52.757.112,80

A diferença apresentada no resultado, foi em decorrência que nesse campo específico deve ser incluso o valor das contas de Restos a Pagar não Processados, que anteriormente não eram considerados.

Os regramentos utilizados em 2017 em conformidade com MPCASP/STN e TCE/SP influenciou na variação de outros anexos, como no Anexo 14 (Balanço Patrimonial) 14-A – Quadro Demonstrativo das Contas Analíticas do Ativo e Passivo Financeiro e 14-B – Quadro Demonstrativo das Contas Analíticas do Ativo e Passivo Permanente.

### **Nota 15 – Baixa da Caução**

Em 31/12/2017, foi efetuada baixa da caução, em decorrência de final de prestação de serviços, não sendo necessária executá-la. Tal garantia foi obtida em razão de contrato finalizado em 2012 com o Banco Bradesco S/A para prestação de serviços de distribuição exclusiva dos vencimentos e proventos do Instituto.

### **Nota 16 – Balanço Orçamentário**

Apesar da estimação da receita e fixação das despesas registradas no Balanço Orçamentário, apresentou-se um déficit da receita no total previsto e total orçado das despesas. Isso ocorreu devido ao valor a ser transferido a título de “Transferências Financeiras” para pagamento de Inativos em Carência e Complementação, inserida no rol de despesas, ser efetuado através de recursos transferidos pela municipalidade, já que por sua vez, o Instituto é apenas o executor operacional de tal obrigação. Esse desequilíbrio entre receita e despesa inicialmente previstas e fixadas poderá ocorrer segundo

MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público) Exercício 2017, página 378, se o agente executor não for o agente arrecadador, e que demonstre o montante das transferências recebidas e concedidas. Na prática o que ocorre, é que no orçamento do Iprejun, consta a dotação para a despesa de Inativos em Carência e Complementação com fonte de recursos da Prefeitura Municipal de Jundiaí, porém não há previsão no orçamento da receita de arrecadação dessa receita, gerando assim, o “desequilíbrio” entre o total de despesas e receitas orçamentárias. No entanto, o ressarcimento da Iprejun é feito pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, via transferências financeiras.

No Exercício de 2017, esse valor de transferência foi menor que o déficit inicial, dado que a execução foi menor, ficando em condições de igualdade os valores pagos e transferidos, no valor de R\$10.395.449,71, sendo que o orçado foi de R\$14.800.000,00.

### **Nota 17 – Modelo de Demonstrações Contábeis**

Esclarecemos que órgãos públicos e especialmente os Regimes PRÓPRIOS DE Previdência Social, seguem normas técnicas e de Contabilidade emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público consonante com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território brasileiro. Cabe ainda dizer que o RPPS é fiscalizado em nível federal pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e em nível estadual pelo Tribunal de Contas de Estado de São Paulo (TCE-SP). O MPS para suas fiscalizações trabalha com Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE-SP possui suas prerrogativas de órgão fiscalizador que inclui a de solicitar Demonstrativos Contábeis em modelo próprio, com a finalidade de atingir seu objetivo fiscalizatório de contas públicas. Esta prerrogativa do TCE-SP está regulamentada através da Nota Técnica STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF de 19/06/2015. Isto esclarece que devido às circunstâncias de tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis, dado os objetivos de cada órgão fiscalizador.

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

### **1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

Apuramos que o instituto possui diversas normas internas e procedimentos administrativos, mas que tais procedimentos não estão compilados num manual de controles internos e tais normas não estão integradas a um sistema informatizado.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

Recomendamos que a Administração do Instituto proceda uma revisão em seus controles internos objetivando a implementação e implantação do manual de normas internas integrado aos sistemas informatizados.

## 2. BANCOS

Efetuamos o confronto dos saldos contábeis com os extratos bancários, bem como a análise das conciliações, e não observamos pontos que mereçam ser relatados.

## 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (COMPOSIÇÃO)

### 3.1 SALDOS APLICADOS

A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2017, conforme relatório contábil de Movimentação Bancária e Relatório analítico gerencial, era a seguinte:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				
POSICÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR R\$	% CARTEIRA	ACUMULADA
1º	ITAÚ	213.390.331,60	14,49%	14,49%
2º	SANTANDER	194.423.464,88	13,20%	27,68%
3º	BANCO DO BRASIL	178.901.749,31	12,14%	39,80%
4º	CEF	177.572.378,61	12,05%	51,88%
5º	VINCI PARTNERS	147.476.702,30	10,01%	61,89%
6º	SULAMERICA INVESTIMENTOS	102.404.591,66	6,95%	68,84%
7º	AZ QUEST	94.122.992,82	6,39%	75,23%
8º	BNP PARIBAS	64.982.522,28	4,41%	79,64%
9º	BRASIL PLURAL	55.982.081,17	3,80%	83,44%
10º	XP INVESTIMENTOS	43.106.349,39	2,93%	86,37%
11º	BTG PACTUAL	40.726.643,04	2,76%	89,13%
12º	SAFRA	22.703.800,52	1,54%	90,68%
13º	BRABESCO	21.175.704,82	1,44%	92,11%
14º	DAYCOVAL	21.072.428,85	1,43%	93,54%
15º	TAXA ADMINISTRAÇÃO BRABESCO	19.440.106,02	1,32%	94,86%
16º	ATICO	17.077.289,78	1,16%	96,02%
17º	WESTERN ASSET	15.777.054,20	1,07%	97,09%
18º	RIO BRAVO	15.177.006,16	1,03%	98,12%
19º	HEDGE INVESTMENTS	13.620.000,00	0,92%	99,05%
20º	JP MORGAN	7.346.405,01	0,50%	99,55%
21º	BRZ INVESTIMENTOS	2.733.898,12	0,19%	99,73%
22º	GAVEA	2.178.078,81	0,15%	99,88%
23º	PETRA	1.056.675,49	0,07%	99,95%

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				
POSICÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR R\$	% CARTEIRA	ACUMULADA
24º	VILA RICA	612.175,88	0,04%	99,99%
25º	TREND BANK	87.096,92	0,01%	100,00%
	<b>TOTAL CARTEIRA</b>	<b>1.473.147.527,64</b>	<b>100,00%</b>	

As aplicações, em 31/12/2017, estão de acordo com as normas legais (Res. 3.922), conforme demonstrado abaixo:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X RESOLUÇÃO 3.922 BANCO CENTRAL				
ART./INCISO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$	% CARTEIRA	LIMITE RESOLUÇÃO
	<b>RENDA FIXA</b>			
Art. 7º, I, "b"	FI 100% títulos TN	618.900.784,40	42,01%	100%
Art. 7º, III "a"	FI Renda Fixa/Referenciados RF	14.973.526,89	1,02%	80%
Art. 7º, IV "a"	FI de Renda Fixa	332.057.312,72	22,54%	30%
Art. 7º, VII, "a"	FI em Direitos Creditórios - Fechado	24.659.740,14	1,67%	5%
Art. 7º, VII, "b"	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	68.231.770,65	4,63%	5%
	<b>TOTAL RENDA FIXA</b>	<b>1.058.823.134,80</b>	<b>71,87%</b>	<b>70%</b>
	<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
Art. 8º, I	FI Ações referenciados	69.856.008,77	4,74%	30%
Art. 8º, II	FI de Índices Ref. em Ações	210.197.153,87	14,27%	20%
Art. 8º, III	FI em Ações	50.630.100,43	3,44%	15%
Art. 8º, IV	FI Multimercado - Aberto	64.201.023,75	4,36%	5%
	<b>TOTAL RENDA VARIÁVEL</b>	<b>394.884.286,82</b>	<b>26,81%</b>	<b>30%</b>
	<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>19.440.106,02</b>	<b>1,32%</b>	
	<b>TOTAL CARTEIRA</b>	<b>1.473.147.527,64</b>	<b>100,00%</b>	

### 3.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Na verificação do saldo da Carteira de Investimentos do Iprejun, através da Contabilidade e extratos bancários, apuramos o valor de R\$ 1.473.163.118,61, e o saldo apresentado na Carteira de Investimentos com data base de dezembro de 2017, publicada no Portal do Iprejun, foi de R\$ 1.473.164.720,89, originando uma diferença de R\$ 1.603,20, referente ao saldo do Banco BTG Pactual Infraestrutura II FIC FI registrado com o valor de R\$ 4.967.360,24 quando o valor contábil correto seria de R\$4.965.757,04.

Recomendamos ajustar o saldo contábil.

### 3.3 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A Política Anual de Investimento do IPREJUN foi elaborada pelo Comitê de Investimentos, com vigência para 2017, e publicada no site do IPREJUN. Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam

garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922 e Portaria MPS nº 440/13 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

A Política Anual de Investimento é um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais setores envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os investimentos. É um instrumento de planejamento para que o IPREJUN busque a maximização da rentabilidade de seus ativos com finalidade de constituir reservas suficientes para o pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de riscos, segurança, solvência, liquidez e transparência de seus investimentos, além de estabelecer, observados os limites legais, uma adequada alocação dos ativos através de uma estratégia de investimento.

A Diretoria Executiva do IPREJUN deverá observar a Política de Credenciamento e Seleção de Instituições financeiras, aprovada pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN em 30/07/2015. Em nenhuma hipótese será admitida a aplicação em Instituições Financeiras que não tenham sido selecionadas pelo Conselho Deliberativo, após parecer do Comitê de Investimentos. Após a homologação da lista de Instituições Selecionadas pelo Conselho Deliberativo, no prazo máximo de 10 dias corridos, está deverá ser publicada no site do IPREJUN e na Imprensa Oficial do Município.

### **3.4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)**

A variação patrimonial diminutiva (perdas) dos investimentos em 2016 foi de R\$ 77.124.310,17, e em 2017 foi de R\$ 59.081683,84. A seguir detalhamos a distribuição das variações patrimoniais nos investimentos em 2016 e 2017.

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2016</b>	<b>VALOR - R\$</b>
<b>RENDA FIXA</b>	
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	161.832,91
FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL	45.841,48
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	1.456.043,08
BANCO DAYCOVAL S.A. - FUNDO DAYCOVAL RF IDKA20 FI	175.393,64

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2016</b>	<b>VALOR - R\$</b>
BANCO DO BRASIL S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	1.911.925,60
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. - BNP INFLAÇÃO FI RF	608.523,06
BANCO VOTORANTIM S.A.-VOTORANTIM ALLOCATION IMA-B5	66.100,13
GERAÇÃO FUTURO JURO REAL IMA-B RF LP	154.099,18
RIO BRAVO INFLAÇÃO FI RF LP	10.195,36
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	34.650,00
QUEST YIELD FIC FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	67.325,59
ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC	178.032,27
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	365.472,69
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	16.091,84
<b>TOTAL DE RENDA FIXA</b>	<b>5.251.526,83</b>
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	3.684.000,01
BANCO BRADESCO S.A. - ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	175.976,34
BANCO BRADESCO S.A. -GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FIA	13.945.697,41
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-FIC CEF AÇÕES VALOR SMALL	432.940,56
BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	134.783,16
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	1.872.017,61
BANCO BRADESCO S.A. - GERAÇÃO FUTURO PROGR	16.087.554,33
BANCO BRADESCO S.A. - GERAÇÃO FUTURO SELEÇÃO FIA	5.335.762,35
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	1.291.636,66
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	4.647.893,49
BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	4.907.920,63
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	2.977.477,55
BANCO BRADESCO S.A. RIO BRAVO FUNDAMENTAL SMC FIA	481.840,39
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPFF11	1.219.400,00
BRZ TERRAS BRASIL FIP	4.958.877,74
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	174.240,57
VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FIA	3.651.123,27
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC	2.764.930,87
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	1.337.735,02
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA AÇÕES FIC FIA	1.790.975,38
<b>TOTAL DE RENDA VARIÁVEL</b>	<b>71.872.783,34</b>
<b>TOTAL GERAL DE VPD</b>	<b>77.124.310,17</b>

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2017</b>	<b>VALOR - R\$</b>
<b>RENDA FIXA</b>	
BANCO DO BRASIL S.A. - BB RPPS RF IMA - B5+	2.330.192,44
BANCO BRADESCO S.A - RF IMA B 5+	1.895.922,07
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. - BNP INFLAÇÃO FI RF	1.790.030,41
BANCO SANTANDER(BRASIL)S.A.-IMA-B INST TITULOS PUB	1.689.926,10
ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC	941.746,48
SULAMERICA INFLATIE RI RF LP	834.721,90
SAFRA IMA FIC RF	718.613,99
QUEST YIELD FIC FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	537.143,55
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	500.905,89
GERAÇÃO FUTURO JURO REAL IMA-B RF LP	487.721,08

<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA EM 31/12/2017</b>	<b>VALOR - R\$</b>
BANCO ITAU S.A- NTN -	458.981,94
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	440.835,00
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	440.406,00
FI CAIXA BRASIL 2018 TP RF	291.012,00
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	230.077,00
JPM NOMINAL RATES FIC FI RF LP	59.180,04
RIO BRAVO INFLAÇÃO FI RF LP	54.515,04
FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL	49.543,35
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	42.909,51
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	41.831,80
SULAMÉRICA JURO REAL CURTO	38.271,07
BB IMA-B5 FIC RF PREVIDENCIARIO LP	664,26
<b>TOTAL RENDA FIXA</b>	<b>13.875.150,92</b>
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	
BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	5.531.482,62
BANCO BRADESCO S.A. - GERAÇÃO FUTURO PRO	4.442.246,73
VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FIA	4.432.678,46
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	4.024.334,62
BANCO BRADESCO S.A. - GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FIA	3.611.244,44
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	2.787.452,30
BRASIL PLURAL FIC FIA	2.457.054,67
BANCO BRADESCO S.A. - ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	2.439.005,88
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC	2.137.468,92
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	1.820.559,49
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	1.771.000,00
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	1.648.321,12
XP DIVIDENDOS FIA	1.547.999,93
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	1.420.118,42
BANCO BRADESCO S.A. - GERAÇÃO FUTURO SELEÇÃO FIA	1.198.259,79
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	773.279,01
FUNDO DAYCOVAL IBOVESPA ATIVO FIA	708.379,06
GERAÇÃO FUTURO FIA	366.254,53
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	359.303,52
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	328.831,78
ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	258.045,29
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPFF11	243.100,01
JPM - AÇÕES FIC DE FIA	221.928,34
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	192.855,11
BRZ TERRAS BRASIL FIP	145.569,13
BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	131.484,18
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-FIC CEF AÇÕES VALOR SMALL	105.776,89
BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL 15 FIC FIM	86.396,92
GERAÇÃO FUTURO FIA LIQUIDEZ TOP FIC FIM	9.642,04
VINCI VALOREN FI MULTIMERCADO	6.459,72
<b>TOTAL RENDA VARIÁVEL</b>	<b>45.206.532,92</b>
<b>TOTAL GERAL DE VPD</b>	<b>59.081.683,84</b>

A variação patrimonial diminutiva (perdas) com investimentos foi apurada na seguinte forma: em 2016 totalizou o valor de R\$ 77.124.310,17 e em 2017 no valor de R\$ 59.081.163,84, que totalizam o valor de R\$ 136.205.474,01.

Recomendamos realizar revisões extraordinárias quando houver necessidade de ajustes, redimensionando as metas de aplicação perante o comportamento ou conjuntura do mercado ou preservação dos ativos financeiros, obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados na Política de Investimentos e respeitados os aspectos legais vigentes.

#### 4. CRÉDITOS - REALIZÁVEL A CURTO E LONGO PRAZO

O valor de créditos registrados no Ativo Circulante nos exercícios de 2016 e 2017, referentes ao Contrato de Empréstimo para Refinanciamento de dívida da Prefeitura de Município de Jundiá, contraído junto ao Instituto de Previdência do Município de Jundiá – IPREJUN, é o seguinte:

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2017 - R\$</b>	<b>2016 - R\$</b>
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>		
OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER RPPS	14.750.498,04	190.784,76
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	8.681.894,75	9.312.020,18
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2017 - R\$</b>	<b>2016 - R\$</b>
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>		
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	147.797.320,31	77.441.648,32

#### EMPRÉSTIMO

EMPRÉSTIMO - LEI AUTORIZATIVA: Nº.4.892 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996  
 REPARCELAMENTO - LEI AUTORIZATIVA: Nº 5.573 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000  
 PARCELAMENTO - LEI AUTORIZATIVA: Nº 8.549 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015  
 PARCELAMENTO - LEI AUTORIZATIVA: Nº 8.608 DE 16 DE MARÇO DE 2016

Valores originais atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescidos de juros compostos de 0,49% (quarenta e nove por cento) ao mês, equivalente a 6% (seis por cento) ao ano e multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do Tremo de Acordo e Parcelamento e Confissão (Lei nº 8.608/2016 de 16 de março de 2016).

#### 5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ATIVO FINANCEIRO	1.473.276.334,03	1.279.521.130,23
ATIVO PERMANENTE	103.624.146,03	2.431.563,05
PASSIVO FINANCEIRO	3.167.600,95	2.608.201,88
PASSIVO PERMANENTE	1.412.148.941,71	1.221.731.615,83
<b>RESULTADO</b>	<b>161.583.937,40</b>	<b>57.749.749,47</b>

## 6. CONTABILIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E NÃO RECOLHIDAS NO PRAZO

Até o ano de 2016, a Contabilização da Contribuições Devidas e Não Recolhidas no Prazo, eram registradas apenas nas contas de controle nos grupos 7 e 8 do Balanço Patrimonial, conforme literatura específica para RPPS (Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social – Livro editado pelo Ministério da Previdência Social – Autora Diana Vaz de Lima). Para o Exercício de 2017, segundo o último MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª edição - Exercício 2017, foi seguida a orientação para contabilizar esses valores, além das contas de controle grupos 7 e 8, registrar também nas Contas do Ativo Circulante e Não Circulante – Créditos Previdenciários do RPPS.

Diante do exposto, foi contabilizado no que se refere aos créditos de Curto Prazo Circulante na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 – Créditos Previdenciários do RPPS, o valor de R\$ 14.750.498,04 e na conta contábil 1.2.1.1.1.01.71 – Créditos Previdenciários Parcelados de Longo Prazo – Não Circulante, o valor de R\$ 72.246.838,38, totalizando R\$ 86.997.335,42.

## 7. ATIVO IMOBILIZADO

### 7.1 BENS IMÓVEIS

Ao analisarmos a composição do imobilizado apuramos que o valor de projetos para a nova sede foi contabilizado como se fossem instalações em bens imóveis, conforme abaixo:

<b>CONTA</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>294.168,82</b>	<b>117.366,79</b>
Bens Móveis	46.264,57	40.865,57
Bens Imóveis	264.500,00	88.166,67
Depreciações e Amortizações	(16.595,75)	(11.665,45)

Conforme reportado em nosso relatório anterior, recomendamos que o valor seja transferido para a conta de Imóveis em andamento, em subconta de projetos: 123210605 ESTUDOS E PROJETOS.

A conta de bens imóveis somente pode ser ativada quando da finalização das construções.

## **7.2. TERRENO CEDIDO PELA PREFEITURA**

Terreno cedido pela prefeitura de Jundiaí, conforme Lei Municipal 7.940 de 16/10/2012, que reclassifica e autoriza a concessão administrativa de Uso, ao Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, de um imóvel público situado em Vila Hortolândia, para construção de sua sede, o qual se encontra contabilizado em 02/07/2014, na Rubrica 7.9.4.8.0.00.00 – Contrapartida de Responsabilidade de Terceiros Conta 894.81.0000 – Permissão de Uso – Bens Recebidos, Contas de Compensação, pelo valor de R\$ 1.834.254,50.

Seu registro está nas contas de Controle de Atos Potenciais do Ativo, e quando vier a ser recebido em doação integrará o imobilizado do instituto, conforme preconiza o art. 3º, que reproduzimos abaixo:

“art. 3º. Implementado o prazo de concessão e cumpridas as suas condições, fica o Chefe do Executivo autorizado a alienar a área de que trata esta Lei, ao concessionário, mediante doação definitiva e por escritura pública, lavrada nos termos da lei.”

Recomendamos acompanhamento pela administração do prazo da concessão, evitando a perda da cessão.

## **8. PROVISÃO MATEMÁTICA**

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuarias e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a concederem e tem como objetivo dar consistência e equilíbrio à sua continuidade. Este procedimento está contemplado através do Relatório Técnico sobre os Resultados da Avaliação Atuarial, emitido em março de 2016, e assinado pelo Atuário Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA 1.072.

Embora o “relatório técnico sobre os resultados da avaliação atuarial” esteja emitido em papel timbrado da empresa Exponencial, não encontramos no relatório a razão social da empresa, bem como seu CNPJ e registro profissional. Consta apenas a assinatura do atuário, mencionado acima.

Recomendamos que seja solicitado à empresa a aposição de sua razão social, seu CNPJ e seu registro profissional, no relatório entregue.

O Relatório foi elaborado utilizando-se da base atuarial com dados posicionados em 31/12/2016, mas os saldos correspondem ao Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017.

Na data de nossos exames recebemos o relatório com data-base 2017, que está resumido abaixo, ao lado do ano de 2016:

	RELATÓRIO ATUARIAL BASE/2016	RELATÓRIO ATUARIAL BASE/2017	DIFERENÇAS
<b>DESCRIÇÃO</b>			
<b>ATIVO</b>			
PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA A LONGO PRAZO	1.406.373.764,74	1.624.937.134,88	(218.563.370,14)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.406.373.764,74	1.959.290.372,50	(552.916.607,76)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.427.613.488,47	1.834.742.156,64	(407.128.668,17)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	1.149.275.065,85	1.520.317.949,09	(371.042.883,24)
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	(1.199.147.927,07)	(1.395.769.733,23)	(196.621.806,16)
	0,00	0,00	
<b>DÉFICIT/SUPERÁVIT</b>	<b>28.633.137,49</b>	<b>(334.353.237,62)</b>	<b>(362.986.375,11)</b>

As demonstrações contábeis devem refletir o valor da provisão matemática na data do encerramento do exercício, de acordo com relatório de avaliação atuarial emitido por profissionais registrados no Instituto Brasileiro de Atuários.

Tais informações são necessárias para a contabilização das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder.

As reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, conforme disposto no Artgo 14 da PORTARIA MPS Nº 403, de 10 de dezembro de 2008.

Conforme reportado em nosso relatório anterior, recomendamos que para o exercício de 2018, seja requisitado à empresa responsável pelo relatório atuarial, que entregue o referido relatório em tempo hábil para a contabilização até 31/12/2018.

## **9. ASSESSORES JURÍDICOS (PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS)**

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A assessora jurídica, Samara Luna dos Santos, Procuradora Jurídica do IPREJUN OAB/310759, forneceu as devidas informações, descrita a seguir:

<b>POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO</b>		
<b>SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS</b>	<b>VALORES (R\$) em 2017</b>	<b>VALORES (R\$) em 2016</b>
PERDA CONCRETIZADA	3.524.742,84	2.124.342,84
PERDA POSSÍVEL	0,00	0,00
PERDA PROVÁVEL	2.080,600,00	2.455.600,00
PERDA REMOTA	381.400,00	274.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.986.742,84</b>	<b>4.854.342,84</b>
<b>VALOR ESTIMADO DA PROVISÃO</b>	<b>5.605.342,84</b>	<b>4.579.942,84</b>
<b>SALDO DA PROVISÃO NA CONTABILIDADE</b>	<b>5.605.342,84</b>	<b>1.951.208,47</b>
<b>INSUFICIÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>2.628.734,37</b>

A contabilidade, em 31/12/2017, tem provisionado o valor de R\$ 5.605.342,84, portanto coincidindo com a informação dos assessores jurídicos.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas. As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas. As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

## **10. SPED CONTÁBIL – ECD**

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros:

I - Livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, estão obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

§ 3º A obrigatoriedade a que se refere este artigo e o art. 3º-A não se aplica: (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014. (Incluído (a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)

A Inprejun se enquadra no item II, portanto está desobrigada a entregar a ECD.

## **11. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (RECEITAS)**

Verificamos que no saldo da diferença das receitas atualizadas e receitas realizadas do Balanço Orçamentário não está incluída a déficit previsto, que foi projetado em R\$ 14.800.000,00.

Para o Balanço Orçamentário Receitas “zerar” entre o realizado e o orçado em comparação com as Despesas Orçamentária é necessário incluir a diferença do déficit projetado.

Recomendamos verificar os parâmetros do sistema de contabilidade para que forneça corretamente o Balanço Orçamentário.

## **12. CONCLUSÃO**

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto os pontos e assuntos mencionados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

### **STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP**

Roberto Araújo de Souza

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável